SPIC BRASIL

Millennium Central Geradora Eólica S.A.

CNPJ/MF 07.321.412/0001-72

www.spicbrasil.com.br

Balanço Patrimonial - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.495	17.530
Contas a receber de clientes	5	4.755	4.710
Impostos a recuperar		831	1.671
Estoques		108	167
Outros ativos		52	30
Total ativo circulante		**19.241**	**24.108**
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos judiciais	6	5.089	4.474
		5.089	**4.474**
Ativo de direito de uso	8	585	858
Imobilizado	9	13.465	14.893
Intangível	10	82	105
		14.132	**15.856**
Total ativo não circulante		**19.221**	**20.330**
Total dos ativos		**38.462**	**44.438**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		117	80
Empréstimos e financiamentos	11	1.219	2.840
Arrendamentos	12	389	341
Impostos a recolher		269	422
Dividendos e JSCP	7	1.889	1.769
Total passivo circulante		**3.883**	**5.452**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		–	1.218
Arrendamentos	12	389	746
Provisões para contingências	13.1	1.266	136
Provisão para desmobilização	13.2	2.330	1.750
Impostos diferidos	18	3.443	4.536
Partes relacionadas	7	345	–
Total passivo não circulante		**7.773**	**8.386**
Patrimônio líquido			
Capital social	14	8.947	8.947
Reservas de lucros		17.859	21.653
Total patrimônio líquido		**26.806**	**30.600**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**38.462**	**44.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	19.377	18.164
Custo de operação	16	(6.993)	(5.863)
Lucro Bruto		**12.384**	**12.301**
Administrativas	16	(3.281)	(3.580)
Lucro antes do resultado financeiro		**9.103**	**8.721**
Receitas financeiras		2.978	2.133
Despesas financeiras		(715)	(769)
Resultado financeiro líquido	17	**2.263**	**1.364**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.366**	**10.085**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(3.208)	(1.858)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1.094	723
Lucro líquido do exercício		**9.252**	**8.950**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.252	8.950
Total do resultado abrangente do exercício	**9.252**	**8.950**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	11.366	10.085
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	2.824	2.530
Juros e amortização de custos sobre empréstimos e financiamentos	264	504
Arrendamentos - atualização financeira	83	110
Provisão para desmobilização - atualização financeira	176	112
Provisão para contingências - adição e atualização monetária	1.130	136
Caixa restrito e depósitos judiciais - atualização monetária	(615)	(481)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(46)	–
	15.182	**12.996**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Contas a Receber de clientes	(45)	(645)
Impostos a recuperar	886	(681)
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	(153)	(167)
Estoques	59	–
Caixa restrito e depósitos judiciais	–	50
Outros ativos	28	120
	775	**(1.323)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	37	(88)
Impostos a recolher	(1.697)	167
Partes relacionadas	345	–
Outros passivos	(227)	–
	(1.542)	**79**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**14.415**	**11.752**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.804)	(1.997)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.611**	**9.755**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(277)	(280)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(277)**	**(280)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(12.786)	(2.043)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(2.847)	(2.661)
Pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos	(256)	(490)
Pagamentos de arrendamentos	(480)	(449)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	**(16.369)**	**(5.643)**
(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4.035)**	**3.832**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.495	17.530
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.530	13.698
	(4.035)	**3.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**8.947**	**14.645**	**–**	**23.592**
Juros sobre o capital próprio		–	–	(1.145)	(1.145)
Lucro líquido do exercício		–	–	8.950	8.950
Destinação do resultado do exercício					
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	(797)	(797)
Destinação para reserva de lucros		–	5.134	(5.134)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal		–	1.874	(1.874)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**8.947**	**21.653**	**–**	**30.600**
Destinação de dividendos de anos anteriores	14	–	(11.017)	–	(11.017)
Juros sobre o capital próprio		–	–	(930)	(930)
Lucro líquido do exercício		–	–	9.252	9.252
Destinação do resultado do exercício					
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	(1.099)	(1.099)
Destinação para reserva de lucros		–	5.528	(5.528)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal		–	1.695	(1.695)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**8.947**	**17.859**	**–**	**26.806**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em abril de 2005 e sediada na Rodovia PB-065, Centro, Mataraca, Estado da Paraíba. A Companhia é controlada pela Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e, em última instância, pela State Power Investment Corporation China. A Companhia tem como atividade principal a geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, operando um complexo com capacidade instalada de 10,2 MW. Suas atividades incluem o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e comercialização de energia, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda de energia CT-PROINFA/EÓLICA-023/2004, homologado pela Resolução RES nº 009/2005. O contrato possui prazo de 20 anos, com início em 31 de outubro de 2007. A autorização para exploração foi concedida pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 13/2004, publicada em 22 de janeiro de 2004. A Companhia iniciou suas operações em 28 de novembro de 2007, sendo o prazo da autorização de 30 anos. **1.1 Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente no curso ordinário de seus negócios e concluiu que ela dispõe de recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro previsível. Adicionalmente, a Administração declara não ter conhecimento de quaisquer incertezas materiais que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base na premissa de continuidade, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de contabilidade aplicáveis. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** Em 09 de abril de 2026 a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.1 Bases de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. **2.2 Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, os itens considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos: • Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota explicativa 18); • Vida útil dos bens do Ativo de Direto em uso, Imobilizado e Intangível (nota explicativa 8,9 e 10); • Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 10); • Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 12); • Provisões para contingência (nota explicativa 13.1); e • Provisões para desmobilização (nota explicativa 13.2). **3. Políticas contábeis materiais:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas: (a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.
(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas atividades de empréstimos e financiamentos, como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	572	2.100
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	12.923	15.430
	13.495	**17.530**

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média de 96,5% a 100,25% em 2025 (97% a 100% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Valores Correntes – Corrente a Vencer – Até 60 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	4.755	4.755	4.710
Total Circulante	**4.755**	**4.755**	**4.710**

Os valores referem-se ao contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 023/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a EMBPAR. Não há saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

6. Caixa restrito e depósitos judiciais:

	Não circulante 31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais (i)	136	116
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	4.953	4.358
Total	**5.089**	**4.474**

(ii) Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se a valores vinculados a Provisões de Contingências (nota explicativa 13) eles têm por finalidade garantir o cumprimento de obrigações financeiras discutidas judicialmente, servir como caução ou assegurar futura execução de sentença, conforme determinado pelo juízo competente. (iii) O caixa restrito refere-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 99% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data de seu vencimento em 29/05/2026 como conta reserva do financiamento captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa 11.

7. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas estão descritas abaixo:

	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Balanço patrimonial			
Passivo circulante			
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (i)	Dividendos	1.098	796
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (i)	JSCP	791	973
		1.889	1.769
Passivo não circulante			
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (ii)	Custos compartilhados	345	–
		345	–
Total passivo		**2.234**	**1.769**
Resultado do exercício	**Natureza**	**2025**	**2024**
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (ii)	Custos compartilhados	3.281	(3.580)
Total Resultado		**3.281**	**(3.580)**

(i) Distribuição de lucros por meio de juros sobre capital próprio e dividendos para a controladora direta Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (ii) Referem-se a reembolso de despesas administrativas: viagem, hospedagem e com mão de obra especializada de técnicos e representantes referentes a serviços prestados. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 16. Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros. Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios. Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2025 e 2024. A Companhia não efetuou pagamentos ou concessões de qualquer natureza aos seus administradores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **8. Ativo de direito de uso:** O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica: • Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque eólico da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso:

	31/12/2025 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso								
Geração								
Arrendamento de terras	13,40%	2.687	(2.102)	585	13,55%	2.600	(1.742)	858
Total direito de uso		**2.687**	**(2.102)**	**585**		**2.600**	**(1.742)**	**858**

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

	Valor líquido em 31/12/2024	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	858	88	(361)	585
Total ativos de direito de uso	**858**	**88**	**(361)**	**585**

	Valor líquido em 31/12/2023	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	1.123	61	(326)	858
Total ativos de direito de uso	**1.123**	**61**	**(326)**	**858**

9. Imobilizado: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Construções	10 a 30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	31/12/2025 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,12%	4.509	(3.411)	**1.098**	4,11%	4.487	(3.220)	**1.267**
Máquinas e equipamentos	6,90%	45.225	(33.505)	**11.720**	6,21%	44.699	(31.628)	**13.071**
Veículos	20,00%	157	(157)	–	20,00%	157	(157)	–
Móveis e utensílios	10,44%	13	(13)	–	10,44%	13	(13)	–
Desmobilização	10,17%	1.362	(825)	537	10,17%	956	(681)	275
Total do imobilizado em serviço		**51.266**	**(37.911)**	**13.355**		**50.312**	**(35.699)**	**14.613**
Imobilizado em curso								
Geração		110	–	110		280	–	280
Total do imobilizado em curso		110	–	110		280	–	280
Total do Imobilizado		**51.376**	**(37.911)**	**13.465**		**50.592**	**(35.699)**	**14.893**

b. Movimentação do Imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Transferência para reparo	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.267	–	–	(191)	–	22	1.098
Máquinas e equipamentos	13.071	115	330	(1.877)	(50)	131	11.720
Descomissionamento	275	406	–	(144)	–	–	537
Total do imobilizado em serviço	14.613	521	330	(2.212)	(50)	153	13.355
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	280	160	(330)	–	–	–	110
Total do imobilizado em curso	280	160	(330)	–	–	–	110
Total do imobilizado	14.893	681	–	(2.212)	(50)	153	13.465

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Transferência para reparo	Reclassificação	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.434	–	–	(191)	–	–	24	1.267
Máquinas e equipamentos	14.752	–	42	(1.881)	15	–	143	13.071
Móveis e utensílios	1	–	–	(1)	–	–	–	–
Desmobilização	372	–	–	(97)	–	–	–	275
Total do imobilizado em serviço	**16.559**	**–**	**42**	**(2.170)**	**15**	**–**	**167**	**14.613**
Imobilizado em curso								
Máquinas e equipamentos (i)	156	280	(42)	–	–	(114)	–	280
Total do imobilizado em curso	**156**	**280**	**(42)**	**–**	**–**	**(114)**	**–**	**280**
Total do imobilizado	**16.715**	**280**	**–**	**(2.170)**	**15**	**(114)**	**167**	**14.893**

(i) Reclassificação refere-se a software contabilizados em imobilizado em curso, quando transferido para em serviço foram reclassificados para intangível (nota explicativa 10)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **10. Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia através de teste de *impairment,* identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis.

a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2025 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	492	(410)	82	492	(387)	105
Total intangível		**492**	**(410)**	**82**	**492**	**(387)**	**105**

b. Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço			
Software	105	(23)	82
	105	(23)	82

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço				
Software	25	(34)	114	105
	25	(34)	114	105

11. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que o financiamento esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. a. Composição dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Item	31/12/2025 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	31/12/2024 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	Categoria
Moeda nacional									
Banco Nordeste do Brasil S.A.	i	1	1.218	1.219	1	2.839	1.218	4.058	Custo Amortizado
Total		1	1.218	1.219	1	2.839	1.218	4.058	
Total de dívidas		**1**	**1.218**	**1.219**	**1**	**2.839**	**1.218**	**4.058**	

(i) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste S/A (BNB), ocorrido em 29 de julho de 2007, no valor de R$32.679 com taxa fixa 12,5% que com desconto de adimplência tem porcentagem reduzida para a taxa fixa de 9.5% a.a., com vencimento previsto em 29 de maio de 2026.
b. Características dos empréstimos e financiamentos:

Item	Financiador	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	Banco Nordeste do Brasil S.A.	29/12/2005	BRL	9,50%	Mensal	29/12/2005	29/05/2026

c. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada abaixo:

Passivo	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	2.846	(2.847)	–	1.219	–	1.218
Juros	1	(256)	256	–	–	1
Custo de transação	(7)	–	–	(1)	8	–
	2.840	**(3.103)**	**256**	**1.218**	**8**	**1.219**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	1.219	–	–	(1.219)	–	–
Custo de transação	(1)	–	–	1	–	–
	1.218	**–**	**–**	**(1.218)**	**–**	**–**

Passivo	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	2.661	(2.661)	–	2.846	–	2.846
Juros	3	(490)	488	–	–	1
Custo de transação	(15)	–	–	(8)	16	(7)
	2.649	**(3.151)**	**488**	**2.838**	**16**	**2.840**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	4.065	–	–	(2.846)	–	1.219
Custo de transação	(9)	–	–	8	–	(1)
	4.056	**–**	**–**	**(2.838)**	**–**	**1.218**

O financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil não possui cláusulas financeiras restritivas (covenants financeiros). As garantias oferecidas pela Companhia para a obtenção desse financiamento compreendem: (i) fiança da acionista; (ii) cessão de recebíveis da EMBPAR; (iii) constituição de conta reserva (Nota Explicativa nº 6); (iv) penhor de ações; (v) propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos; e (vi) penhor de direitos emergentes das autorizações concedidas pela ANEEL. A Companhia avaliou o cumprimento das cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, estava adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis. **12. Arrendamentos:** Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nesta nota explicativa e no Direito de uso (nota explicativa 8). A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Arrendamentos de terra	1.232	49	83	(480)	884
(–) Ajuste a valor presente	(145)	39	–	–	(106)
Total	**1.087**	**88**	**83**	**(480)**	**778**
Circulante	341				389
Não Circulante	746				389
Total	**1.087**				**778**

	Saldo em 31/12/2023	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos de terra	1.615	66	–	(449)	1.232
(–) Ajuste a valor presente	(250)	(5)	110	–	(145)
Total	**1.365**	**61**	**110**	**(449)**	**1.087**
Circulante	304				341
Não Circulante	1.061				746
Total	**1.365**				**1.087**

13. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
13.1 Provisões para contingências: 13.1.1 Risco provável:

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Fiscais	136	1.010	120	1.266
	136	**1.010**	**120**	**1.266**

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Fiscais	–	100	36	136
	–	**100**	**36**	**136**

Ação Anulatória (Taxa) - Processo nº 0801373-93.2021.8.15.0231: Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com pedido de liminar, ajuizada pela Companhia (Vale dos Ventos e Millenium) em face do Município de Mataraca, visando à: • Declaração de inexistência de relação jurídica tributária relativa à cobrança de taxa de fiscalização; • Anulação da exigência realizada pelo Município; e • Restituição dos valores pagos a esse título no exercício de 2019. O processo encontra-se aguardando decisão em segunda instância. O valor atualizado em discussão é de aproximadamente R$157. **Impugnação de Lançamento - Processo nº 14751.720226/2013-75:** A Companhia discute, na esfera administrativa, Auto de Infração decorrente do Termo de Verificação Fiscal nº 0430100.2013.00023, que trata da glosa de despesas financeiras para fins de apuração do IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2009. A fiscalização concluiu pela indedutibilidade dos encargos financeiros registrados. A Companhia apresentou defesa sustentando que as despesas são necessárias e foram contratadas a taxas compatíveis com o mercado, em linha com precedentes favoráveis do CARF sobre o tema. A impugnação foi rejeitada e a Companhia interpôs Recurso Voluntário, atualmente pendente de julgamento pelo CARF. O valor atualizado em discussão é de aproximadamente R$1.109. **13.1.2 Risco possível:**

	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Fiscais	3.538	(3.538)	–
	3.538	**(3.538)**	**–**

	Saldo em 31/12/2023	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Fiscais	3.274	(51)	315	3.538
	3.274	**(51)**	**315**	**3.538**

Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75: A Companhia é parte no processo administrativo nº 14751.720226/201375, que trata de exigências de IRPJ e CSLL decorrentes de glosa de despesas financeiras relativas ao anocalendário de 2009. O processo esteve classificado como de perda possível até 2024, sem constituição de provisão. Com base em novos elementos jurídicos e na reavaliação de risco e valor realizada pelo escritório externo responsável, a Administração revisou a classificação do risco para perda provável no exercício de 2025. **13.2 Provisão para desmobilização:** Provisões para desmobilização são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento. Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2025, referente à provisão para desmobilização do parque eólico em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota explicativa 12). O cálculo do valor da provisão para desmobilização foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A Provisão é atualizada mensalmente pelo IGPM.

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para desmobilização	1.750	404	176	2.330
	1.750	**404**	**176**	**2.330**

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para desmobilização	1.638	112	1.750
	1.638	**112**	**1.750**

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$8.947, representado por 8.947.531 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma.

	31/12/2025 Quantidade em milhares de ações	R$ mil	31/12/2024 Quantidade em milhares de ações	R$ mil
Capital subscrito	8.947	8.947	8.947	8.947
	8.947	**8.947**	**8.947**	**8.947**

b) Reservas

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	9.252	8.950
Lucro líquido ajustado	**9.252**	**8.950**
Reserva de incentivo fiscal (i)	(1.695)	(1.874)
Juros sobre o capital próprio - JSCP	(930)	(1.145)
	6.627	**5.931**
Destinação do lucro:		
Dividendos	1.099	797
Reserva de lucros (ii)	5.528	5.134
	6.627	**5.931**

(i) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração. (ii) O lucro não distribuído do exercício de 2025 foi alocado em reserva de retenção de lucros, a Administração vai propor na próxima assembleia em abril de 2026 a capitalização ou de distribuição de dividendos adicionais ao Conselho Administrativo Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social. A Reserva Legal atingiu o limite legal de 20% do capital social em exercícios anteriores; portanto, não houve nova constituição no exercício. (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio - JSCP líquido de impostos. (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. No exercício de 2025, a destinação do lucro da Companhia é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucro		
Reserva legal	1.790	1.790
Reserva de incentivo fiscal	10.287	8.846
Reserva de retenção de Lucros	5.782	11.017
	17.859	**21.653**

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos - Pacific Hydro Energia Brasil Ltda.	100%	1.098	796
JSCP - Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	100%	791	973

15. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	2025	2024
Suprimento mercado livre	21.400	20.015
Receita operacional bruta	**21.400**	**20.015**
(–) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(1.979)	(1.851)
Tributos sobre a receita	**(1.979)**	**(1.851)**
Encargos do consumidor		
TFSEE	(44)	–
	(44)	**–**
Total deduções da receita operacional	**(2.023)**	**(1.851)**
Receita operacional líquida	**19.377**	**18.164**

16. Custos e despesas (por natureza):

	2025 Custos	Despesas	Total	2024 Custos	Despesas	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição	(800)	–	(800)	(731)	–	(731)
Pessoal e Administradores (i)	–	(1.728)	(1.728)	–	(1.863)	(1.863)
Material (i)	(71)	(126)	(197)	(83)	(16)	(99)
Serviços de terceiros (i)	(2.694)	(867)	(3.561)	(2.525)	(1.255)	(3.780)
Serviços de auditoria	(16)	–	(16)	(16)	–	(16)
Depreciação (i)	(2.573)	(228)	(2.801)	(2.496)	–	(2.496)
Amortização	(23)	–	(23)	(34)	–	(34)
Provisões fiscais	(1.010)	–	(1.010)	(100)	–	(100)
Arrendamentos (i)	41	(99)	(58)	–	(140)	(140)
Outras (i)	(14)	(233)	(247)	(45)	(306)	(351)
(–) Impostos diferidos s/imobilizado	167	–	167	167	–	167
Total	**(6.993)**	**(3.281)**	**(10.274)**	**(5.863)**	**(3.580)**	**(9.443)**

(i) As despesas administrativas referem-se ao compartilhamento de custo entre a Companhia e sua Controladora (nota explicativa 7) **17. Resultado financeiro:**

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	3.026	2.081
Variação monetária	–	62
Outros juros e variações monetárias	47	95
Outras receitas financeiras	58	–
(–) Tributos sobre Receitas financeiras	(153)	(105)
Receitas financeiras total	**2.978**	**2.133**
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(322)	(504)
Atualização arrendamento	(83)	(110)
Atualização para desmobilização	(176)	(112)
Atualização de contingências	(120)	(36)
Variação monetária	(3)	–
Outras despesas financeiras	(11)	(7)
Despesas financeiras total	**(715)**	**(769)**
Total resultado financeiro	**2.263**	**1.364**

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à

continua→★

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Millennium Central Geradora Eólica S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	**2.114**	**1.135**
IRPJ - Corrente	1.985	864
CSLL - Corrente	1.223	994
Total IRPJ/CSLL - Corrente	**3.208**	**1.858**
IRPJ - Diferido	(804)	(532)
CSLL - Diferido	(290)	(191)
Total IRPJ/CSLL - Diferido	**(1.094)**	**(723)**
Composição da alíquota efetiva:	**2025**	**2024**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.366**	**10.085**
Alíquotas nominais vigentes	*34%*	*34%*
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.864)	(3.429)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes permanentes:		
Juros sobre o capital próprio	316	389
Despesas Indedutíveis	23	6
Outros efeitos:		
Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ - Lucro da Exploração	1.695	1.875
Outros	(284)	24
Imposto de renda e contribuição social efetivos	**(2.114)**	**(1.135)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(3.208)	(1.858)
Diferido	1.094	723
	(2.114)	**(1.135)**
Alíquota efetiva	**-18,60%**	**-11,25%**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante 31/12/2025	31/12/2024	Passivo Não Circulante 31/12/2025	31/12/2024	Resultado 2025	2024
Prejuízos Fiscais	–	–	–	–	–	–
Base negativa da contribuição social	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–
Diferenças Temporárias						
Arrendamentos de terras	68	79	–	–	(11)	(3)
Outros	427	43	–	–	384	43
Desmobilização	551	443	–	–	109	70
Depreciação	–	–	4.489	5.101	612	613
Total Diferenças Temporárias	**1.046**	**565**	**4.489**	**5.101**	**1.094**	**723**
Total bruto	**1.046**	**565**	**4.489**	**5.101**	**1.094**	**723**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.046)	(565)	(1.046)	(565)		
Total	**–**	**–**	**3.443**	**4.536**		

Conforme Legislação Tributária a Companhia tributa a renda pelo Lucro Real, utilizando as alíquotas de 15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ, 10% Adicional de IRPJ e 9% Contribuição Social sobre o Lucro **19. Instrumentos financeiros:** *Reconhecimento e mensuração:* O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. *Redução ao valor recuperável:* O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperado no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos:* O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima era de R$4.755 (R$4.710 em 2024) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificada históricos de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seu financiamento. A Companhia possui financiamento de longo prazo a índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). c) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

Passivos Financeiros	31/12/2025 De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	31/12/2024 Total
Fornecedores	117	–	–	117	80
Empréstimos e financiamentos	731	488	–	1.219	4.058
Partes relacionadas	–	–	345	345	–
Arrendamentos	94	295	389	778	1.087
Total	**942**	**783**	**734**	**2.459**	**5.225**

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.
e) Classificação dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	31/12/2025 Valor Contábil	Valor Justo	31/12/2024 Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	13.495	13.495	17.530	17.530	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4.755	4.755	4.710	4.710	Custo amortizado
Caixa restrito e depósitos judiciais	5.089	5.089	4.474	4.474	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Empréstimos	1.219	1.219	4.058	4.058	Custo amortizado
Arrendamentos	778	778	1.087	1.087	Custo amortizado
Partes relacionadas	345	345	–	–	Custo amortizado
Fornecedores	117	117	80	80	Custo amortizado

f) Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, Caixa restrito e depósitos judiciais, conforme tabela acima. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. *Outros riscos considerados relevantes:* a) Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor. b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil - Reforma Tributária*:* Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo — como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI — pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais. A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos. Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia. A Administração acompanha continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. c) Mudanças climáticas: Os parques eólicos, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros em montantes considerados adequados pela Administração para cobrir riscos relacionados às suas operações, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos e a orientação de seus consultores de seguros. As apólices contratadas englobam a controladora Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros: Responsabilidade de Civil Geral (RCG): cobertura no montante de R$ 30.000, com vigência de 30 de maio de 2025 a 15 de novembro de 2026. *Directors and Officers - D&O:* cobertura no montante de R$ 140.000, limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC Brasil, com vigência de 8 de novembro de 2025 a 8 de novembro de 2026. Riscos Operacionais: cobertura com limite máximo de indenização de R$ 248.731, com vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026. As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral

Guy Ishikawa - Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza - Contadora - CRC-1SP145065/O-9 S-PB

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas da **Millennium Central Geradora Eólica S.A.** Mataraca - PB. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

EY Shape the future with confidence

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106
Dados: 2026.04.22 19:00:53 -03'00'